



AEDOS

Revista do corpo discente
do PPG-História da UFRGS

A “Cidade Flutuante” de Manaus: **rediscutindo conceitos**

Leno José Barata Souza¹

Resumo:

O artigo busca repensar alguns conceitos sobre o tema cidade, confrontando inicialmente idéias próprias com a de alguns autores que há anos estudam esta temática. O assunto pretende ser discutido como uma experiência social e uma problemática urbana postas cotidianamente em debate por diferentes modos de vida que se encontram e se desafiam. Assim, trago para reflexões conceituais as incomuns experiências culturais, urbanas e econômicas proposta pela “cidade flutuante” de Manaus que, entre a década de 1920 e 1967, tomou quase todas as águas do litoral da capital amazonense se tornando uma das mais impactantes e originais expressões de viveres urbanos.

Palavras-chave:

Cidade, Manaus, Cidade Flutuante.

Abstract:

This article seeks to rethink some concepts on the topic city, confronting initially own ideas with the authors that for years studying this topic who want to be discussed as a social experience, an urban problems brought in daily debate between different modes of life that meet and challenge. The challenge I bring to these debates and discussions of the concept was unusual to experience cultural, urban and economic proposal for the "floating city" of Manaus that, between the twenties and 1967, took almost all coastal waters of the amazonense capital becoming a the most striking and original expressions of the urban's lifes.

Key words:

City, Manaus, Floating City.

Um dos dilemas mais espinhosos que historiadores, arquitetos, geógrafos, antropólogos e outros cientistas sociais têm enfrentado nas últimas décadas são as questões sobre cidade e cultura urbana. Longe de querermos esgotar a intrigante questão, decidimos confrontar algumas de nossas idéias com as de um punhado de estudiosos do tema. Menos que a estéril busca de conceitos ou um horizonte a ser alcançado, o que nos move neste artigo é uma estrada a ser trilhada e o abrasamento das inquietações.

Fazendo um exercício de imaginação, as imagens urbanas que costumam vir às mentes são as cidades que espelham os gigantes de aço, luz, néon e impessoalidade que a tudo engloba como um polvo sempre voraz, cujos tentáculos atingem inexoravelmente a tudo e a todos os lugares. Onipresente, a cidade contemporânea esta aberta a todos os ventos; narcisista, cotidianamente ela transforma seus espaços, reinventa lugares e subjuga seu próprio horizonte.

No ideário que se desdobra das atuais cidades, sempre se pode observar uma espécie de “epíteto do caos” cuja sagacidade do filósofo Henri Lefebvre sintetizou com extrema propriedade nos seguintes termos: “as ciudades monstruosas, tentaculares, ciudades-moloc” (LEFEBVRE, 1973, p.104). Esta idéia foi forjada em meio a um mundo global conectado a redes digitais de imagens multimídias que diariamente são perpassadas diante dos nossos olhos, cristalizando cenários estereotipados de cidades como Nova York, Tóquio, Paris e São Paulo, acabando por adestrar as idéias às formas de uma cidade modelo.

Não saberia precisar quando e nem porque as cidades foram criadas e mesmo em obras fundamentais tal questão não é esgotada. O que pressuponho é que talvez a necessidade de proteção tenha sido o sentimento que inicialmente moveu alguns homens, em um determinado momento, a abandonarem suas milenares vidas errantes para se agruparem, apostando na coletividade e no sedentarismo para aumentarem suas chances de sobrevivência em um mundo que lhes era sempre hostil e desfavorável.

Sentindo-se mais abrigado, o homem, digamos nos primórdios do neolítico, pode “filosofar” sobre si e os outros, sobre os espaços em que pisava, um mundo de possibilidades sobre os quais começou a imprimir marcas próprias, signos culturais reconhecidos desde as famosas pinturas rupestres em cavernas aos primeiros colossos urbanos do “Mundo Antigo”, no Nilo egípcio e no crescente fértil mesopotâmio.

Nestes termos, os espaços gradativamente deixaram de ser apenas locais de passagem para se enraizarem enquanto uma paisagem social, na medida em que estes são agora prenes de culturas cada vez mais heterogêneas, territórios de múltiplas convivências encarnando o desejo humano por um lugar melhor para se proteger, morar e trabalhar, objetivos basilares ainda tão caros às sociedades atuais.

Assim, creio que as cidades são também uma expressão do encontro entre temporalidades e espaços/lugares. Temporalidades entendidas como um tempo politizado carregado de disputas animadas por múltiplos valores e crenças humanas que, por isto, são capazes de ressignificar os espaços, transformando-os em lugares sociais animando o “ponto central” dos estudos de (LEFEBVRE, 1973, p.221).

As cidades, enquanto experiências sociais, culturais e políticas, talvez possam responder aos questionamentos de Milton Santos. Primeiro: “Como ultrapassar o enunciado gratuito de um tempo unido ao espaço, mediante a relativização de um e de outro?”. Segundo: “Como traduzir em categorias analíticas essa mistura, que faz com que o espaço seja também o tempo e vice-versa?”. Santos, em seus estudos, tentando encontrar os elos desta corrente comenta que “... o ponto de partida é a sociedade humana em processo...”, processos estes que só se dariam “sobre uma base material: o espaço e seu uso; o tempo e seu uso; a materialidade e suas diversas formas; as ações e suas diversas feições”, experienciando o tempo, assimilando-o finalmente ao espaço que, segundo o geógrafo, “não existe sem a materialidade” (SANTOS, 2006, p.50 e 54).

As cidades não são a única corrente capaz de unir/interagir tempos e espaços, mas, sem dúvida, é o mais significativo elo que liga a “base material” aos usos do tempo com suas “diversas formas e feições” das idéias de Milton Santos. As cidades tornaram o tempo uma experiência humana; tempo e espaço, além de indissociáveis, se tornam intercambiáveis, com certeza o maior legado que a invenção das cidades nos deixou.

As cidades passaram a ser os lugares onde as pessoas puderam experienciar a condição de moradores, trabalhadores e vizinhos; vivenciando um sentido de aglomeração um sentimento de pertencer política e culturalmente a uma comunidade que se vivifica também como um lugar de construção de memórias. Se os homens criaram as cidades, elas, por outro lado, enquanto territórios de vidas que se encontram e se desafiam, reinventaram a sua humanidade. É fato a complexidade de tal assertiva, mas ela pode ser surpreendida em nós mesmos diante de nossas cidades, como nos comportamos e como ela nos comporta.

Elevando a vista para além de imagens cristalizadas sob a ótica de uma “tecnocultura” de mídia que atuam no sentido de respaldar a atual institucionalização do conceito de cidades, pode-se encontrar uma historicidade deste que sinaliza para outras dimensões históricas. Quem sabe podemos surpreender aí originalidades de outras formas urbanas, como as que vivificaram a “cidade flutuante” de Manaus.

Se existe uma ocasião em que o tema cidades passou a freqüentar a pauta das preocupações de historiadores, sociólogos, filósofos e urbanistas, a segunda metade do século XIX, surge sem dúvida como um forte candidato. Estas impressões visavam entender as impactantes transformações urbanas que grassavam no seio das sociedades européias, ocasionadas pelas políticas industriais, cujos avanços reconfiguravam territórios inaugurando os debates sobre a relação campo e cidade, as questões de cidadania, pondo em maior relevo as relações do mundo do trabalho reanimando finalmente as questões de classe.

Raymond Williams, nos anos sessenta do XX, chamava a atenção para as armadilhas do senso comum que, ao aprisionarem os conceitos a uma camisa de força, acabavam por retirar destes justamente o que lhe conferia sentido de existência: “os movimentos históricos” (WILLIAMS, 1979, p.17-76). As definições que se acreditavam ter eram apenas a ponta de uma lança, cuja trajetória densa e sinuosa indicava muito mais uma questão do que um conceito, cuja elaboração, como enfatiza o geógrafo Marcel Roncayolo, é extremamente problemática: “trata-se, pois, duma forma que admite conteúdos variáveis”, (RONCAYOLO, 1986, p.396) entre os quais apresento a “cidade flutuante” de Manaus.

Grosso modo, as formas da “cidade flutuante” respondiam por um conjunto de casas de madeira construídas sobre troncos de árvores capazes de torná-las flutuantes sobre as águas do rio Negro e igarapés da cidade de Manaus.² Ela existiu entre os anos de 1920, quando o “fausto” exclusivista da borracha chegou ao fim, e 1966 quando, em meio a uma política de “integração” nacional dos governos militares, implantou-se na cidade uma zona franca de comércio, cujas metas de modernização e progresso da capital amazonense não incluíam a “cidade flutuante”, pelo contrário, passavam pela sua completa destruição.

Mas, até que ponto faz sentido a perspectiva de uma e outra cidade coexistindo em um mesmo espaço? Manaus, enquanto a sua condição de cidade, centro que coaduna os grandes interesses políticos, econômicos e culturais de um estado do qual é capital, não motivam grandes dúvidas, porém o mesmo não se aplica a “cidade flutuante”. Partindo dos princípios políticos básicos que respaldam a burocracia administrativa inerente a qualquer cidade: governantes próprios, casas legislativas e judiciárias, a perspectiva do título “cidade flutuante” já se mostrará inapropriado e mesmo fadado à incoerência, algo que nem as próprias aspas dariam conta de relativizar.

De fato a “cidade flutuante” não tinha nenhuma daquelas instâncias políticas administrativas e nem poderia, haja vista que caso as tivesse poderíamos de fato estar falando de outra cidade dentro de Manaus, mas não estamos. Estamos sim, a partir de outra perspectiva, que também dá a conhecer a capital, falando da cidade de Manaus.

Todavia, isto não esgota a questão, nos aprofundando na construção do termo “cidade flutuante”, o pensado para além de diretrizes políticas, surpreendemos outras experiências sociais que justificam e respaldam os sentidos históricos que animaram, criaram e nomearam, a partir de um determinado momento, as moradias flutuantes das águas do rio Negro e igarapés da capital amazonense como uma “cidade”.

A “cidade flutuante” de Manaus, tal como a maioria das cidades oficialmente reconhecidas, não nasceu cidade e, também como aquelas, se iniciou de forma muito tímida,

não passando de um punhado de moradias de madeira, cobertas de palha, dispersas e habitadas, a maioria das vezes, sazonalmente por uma rarefeita população que, sobretudo depois da derrocada da empresa gomífera a partir de 1920, começou com suas habitações sobre as águas a interagir com a paisagem urbana da capital.

A construção do termo “cidade flutuante” apenas vai ser encontrado depois da Segunda Guerra, quando alguns dos significados que codificam a condição de cidade vão começar a ser experimentados para além dos limites terrestres de Manaus, sobretudo nas formas de adensamento de casas flutuantes, aumento populacional e dinamização comercial que, além de reconfigurarem os espaços urbanos, passam a determinar novas e outras relações de vizinhança, arraigadas a um cotidiano próprio do lugar, com uma estrutura de prestação de serviços, atividades comerciais e culturais ligadas tanto a Manaus em terra, como com o interior do estado, dando formas, finalmente, a uma rede econômica e social muito próxima das encontradas em qualquer outra cidade.

As discussões sobre a “cidade flutuante”, mesmo em uma historiografia regional, sempre foram raras,³ animando-se mais como um território historiográfico de silêncios. Sempre me surpreendi com a “invisibilidade” de mais de duas mil casas flutuantes abrigando, em seu auge na década de 60, mais de 12.000 habitantes! Moradores, trabalhadores, comerciantes, passantes que ali experimentavam suas vidas e ao mesmo tempo ressignificavam os espaços marginais das ribeiras urbanas de Manaus.

Por conta destas poucas informações impressas, muito das apreensões e sentidos da “cidade flutuante” foram conseguidas junto às narrativas orais de antigos moradores de Manaus e/ou ex-moradores da “cidade flutuante”, muitos dos quais sempre recuperaram as formas urbanas e as experiências sociais dos flutuantes como uma cidade de fato. Em suas memórias, a “cidade flutuante” sempre teve fronteiras delimitadas, moradores próprios, temporalidades peculiares e, mais do que isso, justificativas e motivos de existência.

Por este viés, vamos chamar para o diálogo alguns interlocutores que nos cederam filigranas de suas lembranças, nas quais se capta algumas das construções históricas que me ajudaram a codificar a “cidade flutuante”. O senhor João Cesário da Silva, “velho” fazedor de barcos de quase 80 anos de idade e morador, desde 1955, as margens do igarapé dos Educandos, ex-vizinho da “cidade flutuante”, no momento em que estou lhe explicando as razões do meu trabalho e das entrevistas, interfere:

Não! Em 1920 já tinha flutuante. Até no ano em que eu nasci já existia flutuante, mas eram alguns, era raro de se vê. Aí as pessoas foram achando

importante aquela moradia em cima d'água e foram fazendo né, e foi aumentando devagar. Depois foi que inventaram de botar aí na frente da cidade [no rio Negro] porque encostava muito motor [barcos] de recreio, esses motores que transporta gente pro interior, que trás produto e tudo pra vender e eles acharam por bem botar aí, por que ali era um ponto melhor pra eles, e ali foi aumentando. (entrevista em 17/06/2005).

A frente da cidade a que se refere o entrevistado é o Centro de Manaus, nas margens do rio Negro, local dos mais promissores para o comércio de gêneros agrícolas e extrativistas. A “cidade flutuante” de João Cesário tem contornos delimitados e tempos cadenciados, que, à medida do avanço comercial, vão se desenhando e se desenvolvendo paulatinamente pelas ribeiras da capital.

Em outras conversas com João Cesário, os flutuantes ainda se justificaram como uma “cidade” pelo fato de serem um território de diversas atividades comuns a Manaus na qual era morador, tanto que, para além da margem de seu quintal, sobre os igarapés e o rio Negro, proliferavam segundo ele me contou: “flutuante de moradia, flutuante de comércio, de quase todo o tipo de comércio, estiva, ferragem, restaurante, gabinete de dentista, consultório médico, drogarias, oficinas mecânicas de concerto de motor marítimo, tinha tudo!” (entrevista em 17/06/2005).

A expressão final “tinha tudo” de João Cesário parece querer subentender uma analogia nos termos: tudo que tinha em Manaus, tinha na “cidade flutuante”. Esta conjectura se fortaleceu ainda mais quando da conversa com seu irmão mais novo, o senhor Mário dos Santos, nascido em 1942 e morador, entre 1955 e 1959, de um flutuante no igarapé dos Educandos às margens do quintal de seu irmão. Mário dos Santos afirmou: “Olha, na cidade flutuante existia de tudo que se pode imaginar, todo o tipo de atividade que tinha em terra, também tinha na cidade flutuante” (entrevista em 17/06/2005).

Por esta época, a “cidade flutuante” em nada mais lembrava as dispersas casas flutuantes com seus poucos moradores que, até o fim da década de 40, se espalhavam pelo complexo fluvial da cidade. Ela vivenciava uma expansão territorial, demográfica e econômica, capitaneada, sobretudo pelo desenvolvimento comercial dos mais variados negócios, todos localizados em grandes empórios flutuantes.

Estudos demográficos, ou qualquer outro censo sobre a “cidade flutuante”, só foram verificados a partir da década de 60 quando algumas pesquisas, encomendadas pelas secretarias oficiais do estado, procuraram por referências estatísticas da “cidade” sobre as águas. O que prevalecia até então era a pouca atenção das autoridades que, como informa o

primeiro destes levantamentos, nunca tiveram nenhuma “... idéia da quantidade nem da época em que surgiram os flutuantes em Manaus” (SERRA e CRUZ, 1964, p. 21).

Neste momento, as incríveis dimensões territoriais e demográficas dos flutuantes de Manaus se transformaram em um fenômeno urbano e uma problemática social para os governantes em que o título: “cidade flutuante”, construído ao longo deste período, é o índice histórico mais emblemático. Diante desta nova realidade alguns levantamentos oficiais começaram a ser feitos, visando melhor conhecer o “problema” para, em seguida, dar conta da sua “resolução” materializada na sua completa destruição em 1967.

Ainda assim, consegui levantar alguns dados estatísticos oficiais sobre a “cidade flutuante” na fala de agosto de 1961 do governador do Amazonas, Gilberto Mestrinho, quando da requisição de verbas federais para a construção de casas populares em Manaus, “destinadas a outras tantas famílias residentes em habitações acumuladas, sob a forma geral de flutuantes” (SALAZAR, 1985, p. 77), nas pesquisas de campo de Serra e Cruz em 1964 e nas de Matias Lenz de 1966, cujos dados organizei no quadro a seguir:

Censo demográfico da cidade flutuante⁴

Ano	Número de Flutuantes	Número de Moradores
1961	1.389	-
1964	2.145	9.788
1966	1.950	11.400

Infelizmente, Gilberto Mestrinho precisou apenas o número de casas flutuantes para 1961, as quais, em apenas três anos, sofreram um aumento de mais de 35%, ou 756 novas casas flutuantes nas águas de Manaus. Se em 1966, a diminuição do número de casas já é um reflexo do processo de destruição da “cidade flutuante”, capitaneada pelo governador Arthur Cezar Ferreira Reis, o pequeno decréscimo das construções é compensado pelo aumento, em menos de dois anos, de 14% na quantidade de moradores da “cidade flutuante”.

Nas conversas com meus narradores orais também pude recuperar particulares projeções estatísticas e que também iluminam seus antigos espaços de moradia, trabalho e lazer. Mário dos Santos estimou para a “cidade flutuante” “uma população aí de seus 20 poucas mil pessoas”, números não muito distantes dos oficialmente levantados (entrevista de 17/06/2005).

É preciso considerar que Mário, ao contrário da maioria dos entrevistados, além de possuir formação acadêmica (ele é psicólogo), é um grande curioso dos assuntos amazônicos.

As próprias questões urbanas, especialmente nos anos setenta e oitenta, passaram a ser assuntos obrigatórios no campo da psicologia, área do conhecimento na qual Mário até hoje trabalha, como psicólogo e também como professor.⁵

Outro entrevistado, o atual arquiteto João Bosco Chamma, nascido em 1954, nunca foi morador de flutuante. Para ele e outros meninos, a “cidade” sobre as águas significava o parque a céu aberto de suas brincadeiras infantis: banhos, manjas e pescarias. Ainda assim, ao longo da entrevista, ele deduziu que a “cidade flutuante” “chegou a ter 10.000 pessoas morando” (entrevista em 28/06/2005), outro dado semelhante aos oficiais.

Provavelmente, suas deduções estatísticas reflipam mais as experiências do conhecido arquiteto da atual Manaus, tanto que logo em seguida relembra que naquela época “... eu era pequeno, não era ligado...” (entrevista em 28/06/2005) nestas questões de tamanhos e formas que eu havia acabado de lhe perguntar.

Em meio à vida de outros entrevistados, sem os mesmos refinamentos estatísticos de Mário dos Santos e Bosco Chamma, também pude captar outras importantes apreensões da “cidade flutuante”. Creuza de Andrade com exatos 70 anos de idade e que morou na “cidade flutuante” entre 1962 e 1966, a dimensiona a partir do momento em que foi obrigada a deixá-la, contando que o processo de retirada das famílias, ao contrário do que eu imaginava, foi longo e lento.

Para ela, as grandes dimensões da “cidade flutuante” que recorda são estimadas por este ritmo compassado da saída dos moradores, sobretudo dos seus muitos vizinhos, haja vista ser, segundo as projeções de Creuza de Andrade, “muita gente, pelo amor de Deus! Era muita gente e tudo, nós fomos quase os últimos, da metade pra nós é que ficaram, nós saímos é assim” (entrevista em 15/03/2008).

Para Francisca da Silva (nascida em 1913) e seu filho Francisco da Silva (nascido em 1949) que chegaram a “cidade flutuante” em 1964, a própria Manaus se confunde com a “cidade flutuante”, onde moraram apenas por um breve período. Se para ela, todos os moradores da capital “moravam era na água mesmo, é tudo era no flutuante; tudo era água”, para o seu filho, com quatorze anos a época, a Manaus em que aportou o impressionou por ser toda flutuante: “ighi! Era flutuante, a cidade era toda flutuante (...) não tinha casa palafita não, tudo era flutuante, tudo ali era flutuante naquela época” (entrevista em 15/01/2008).

João Cesário, de sua casa e de sua oficina de barcos nas margens do igarapé dos Educandos, sempre andou muito por Manaus, tanto para fazer compras no Mercado do Centro, quanto por conta de resolver as burocracias de sua oficina junto a Capitania dos Portos. Quando perguntei sobre as dimensões da “cidade flutuante”, ele a retoma também em

meio a uma destas rotineiras andanças que fazia pela capital, em cujo caminho os flutuantes, à medida que não paravam de aumentar, foram se tornando uma paisagem e uma passagem obrigatória:

Mas isso [cidade flutuante] era só mais ali na frente da igreja dos Remédios, naquela margem ali [do rio Negro] ia aumentando assim lá pro meio do rio, porque nas partes laterais já não tinha mais pra onde botar [casa flutuante] iam botando pro meio do ri, tanto que a gente andava, mais ou menos assim, eu calculo assim uns 150 metros da beira até o último flutuante, era muito grande, chegou a ter, mais ou menos, uns 850 flutuantes ali na frente da igreja dos Remédios; fora os que estavam dentro dos igarapés, na margem do rio Negro, ali pra baixo, porque nos igarapés tinham vários, tinham muitos flutuantes também (entrevista em 17 de junho de 2005).

Outro entrevistado é o antigo comerciante da cidade Renato Chamma (tio de Bosco Chamma e nascido em 1930). Ele não foi morador de flutuante, mas acompanhou de perto o crescimento da “cidade flutuante” a partir das casas comerciais que sempre teve na orla central, frente de Manaus. Para dimensionar a “cidade”, ele retoma antigas imagens da capital e, especialmente alguns cartões postais que possuía.

Um destes postais trazia a imagem da “cidade flutuante”, ou melhor, de um trecho dela que, como enfatizou Renato Chamma com o postal em mãos, “estas fotos aí é só a metade, tem o total não” (entrevista em 30/08/2005), alcançado pela “cidade” sobre as águas do rio Negro e igarapés de Manaus.

A seguir, o postal de Renato Chamma que eu já conhecia e há tempos também o possuía, mas que sob as luzes de suas narrações foi ganhando novos focos e outras interpretações que sinalizam dimensões e formas conferidas a “cidade flutuante” pelos seus moradores no início dos anos sessenta:



Vista aérea da “cidade flutuante” de Manaus

Fonte: Postal de Manaus (circa 1964) do Arquivo Particular do Professor Dr. Otoni M. de Mesquita.

O pequeno trecho da “cidade flutuante” nas águas do rio Negro no Centro e frente de Manaus, como nos contou Renato Chamma, ainda transbordava as margens do postal, tomando quase toda a orla urbana de Manaus. Um território social que, por intermédio das casas e ruas construídas pelos moradores, não parava de redesenhar as fronteiras líquidas, oficialmente traçadas para a cidade de Manaus.

E não era apenas a força demográfica e territorial que sustentavam os flutuantes manauenses enquanto uma “cidade”, ainda tinha o seu expressivo poderio econômico, o qual, frente a um Estado em graves dificuldades econômicas desde a derrocada das exportações de borracha nos anos vinte, se tornava mais significativo ainda.

Se até meados de 1950, prevaleceu na “cidade flutuante” apenas pequenos comércios, negociando sobretudo com os gêneros agrícolas cultivados no interior do Estado, a partir de então, vão se consolidando os grandes flutuantes de comércio os quais, em 1964, segundo levantamentos de Serra e Cruz, chegariam a um total de 182. Números estes, podendo ser maiores ainda, “se considerarmos que mesmo os flutuantes residenciais (alguns deles) possuem uma pequena venda de café, banana, refeições” (SERRA e CRUZ, 1964, p. 25).

Os flutuantes que antes serviam basicamente de ancoradouros para a venda de comestíveis em uma extensão dos negócios das feiras e Mercado Central, passando em seguida a serem usados também como locais de vendas de gêneros e pequenos restaurantes de comidas, quase ao final da década de cinquenta, começaram a negociar com os cobiçados produtos extrativistas do estado como a borracha, a castanha, a juta, couros e peles animais.

A marcante presença dos grandes comerciantes também se fez sentir em meio às narrativas orais. Para os nossos entrevistados, recuperar trajetórias de sucessos e riquezas de famílias de posses da “cidade flutuante” serviu, principalmente, para revestir o seu antigo local de moradia e trabalhos de deferências e prestígios; território de fortunas acumuladas que, a partir da “cidade flutuante”, se perpetuaram até os dias de hoje, ajudando no próprio desenvolvimento da cidade de Manaus, desvinculando a “cidade flutuante” de uma tradição impressa e de uma memória hegemônica, nas quais ela é destacada apenas como redutos de pessoas miseráveis, desocupadas e perigosas, reafirmando, finalmente o status de “cidade” para o território dos flutuantes de Manaus.

Um dos armazéns flutuantes da família Assayag, por exemplo, se tornaria à Casa do Óleo, a principal rede de supermercados de Manaus até o início deste século. JM, antigo comerciante do Mercado Público, foi quem me contou em sérios tons de advertência sobre os Assayag; ele ainda lembrou a fábrica de gelo flutuante da família dos Alcântara.⁶

Outras notórias famílias da Manaus de hoje, como os “Cordeiros” e os “Santana”, segundo outro ex-morador de flutuante (1949-1961) Vivaldo Correa, “tinha também comércio deles, era na cidade flutuante (...) tudo é daquela época”, a “Casa Anjo”, ainda uma das principais em Manaus na venda de material de construção, concluiu Vivaldo, começou na “cidade flutuante” (entrevista em 20/11/2009).

Creuza de Andrade recordou à família Pinheiro que “... tinha um flutuante grande de depósito de mercadoria, disso, daquilo...” (entrevista em 12/11/2008), onde recebiam variados produtos, negociando-os em seguida com o Mercado Central. Francisca Malta, imigrante nordestina, chegada a Manaus em 1943 aos 06 anos de idade e Vivaldo Correa, nascido em 1935 na ilha do Manaquiri, interior do Amazonas, contaram com riqueza de detalhes sobre a fortuna amealhada pelos irmãos cearenses Arqueiro de Paiva.

Tratava-se de três irmãos que permaneceram na cidade após o fim das políticas de incentivos dos Acordos de Washington,⁷ “Zequinha”, Raimundo e Ivan. Eles, como narrou Francisca Malta, moradora da “cidade flutuante” desde 1958, passaram a investir no comércio da orla litorânea do Centro. Segundo Vivaldo Correa, “os três irmãos vieram do Ceará sem nada; aí começaram a vender roupa ali na frente do Mercado, na praia, botavam aqueles

montes de corte; aí saía vendendo pro pessoal do interior que chegava do interior” (entrevistas em 01/10/2008).

João Cesário fez alguns barcos, “para um cidadão que tinha flutuante ancorado ali na frente, que era comprador de juta, de borracha”; lembrou-se ainda que o mesmo “cidadão” comprou um flutuante feito no interior, rebocando-o em seguida para as águas do rio Negro na frente de Manaus. Esse flutuante era tão grande que, segundo João, pegava “... 300 toneladas de peso em cima dele...”, comprando, armazenando e negociando “... juta, borracha, pirarucu, couro de jacaré, essa coisa toda...” que, como explicou, já tinha compradores certos em Manaus, “a juta era na Brasil-Juta [fábrica local], os couros de jacaré era geralmente pra esses curtumes que tinha, pirarucu vendia pra esses comerciantes que exportava pirarucu e assim por diante” (entrevista em 27/11/2008).

Outro grande comerciante da “cidade flutuante”, lembrado por vários entrevistados, foi o chamado “Paraíba”. Seu nome eu nunca consegui descobrir, sua trajetória muito menos, podendo, partindo de seu apelido, se tratar de outro nordestino vindo para Manaus nas levas da década de quarenta e permanecendo na capital e, a exemplo dos Arqueiros de Paiva, começando a vender miudezas na praia do Mercado, adquirindo, em seguida, um flutuante de comércio nas águas vizinhas, onde prosperou na venda tanto de estivas e comestíveis, como dos gêneros de exportação.

De qualquer forma, bastava perguntar pelo Paraíba e todos sabiam de quem se tratava na “cidade flutuante”. “tinha o flutuante do ‘Paraíba’, que era um grande comércio aqui na frente, bem na frente da cidade, era um dos maiores comerciantes”, enfatizou Mário dos Santos que conheceu o flutuante do “Paraíba” principalmente porque era lá que ele tomava os barcos com destino ao interior aonde nasceu (entrevista em 17/06/2005).

Na década de sessenta, alguns comerciantes da “cidade flutuante” foram sendo arrolados pelas burocracias fiscais do governo que, não podendo conter o avanço da “cidade flutuante”, procuravam retirar qualquer quinhão dos mais de “Um Bilhão de Cruzeiros” que, segundo Serra e Cruz, representava a movimentação comercial da “cidade” apenas para o primeiro semestre de 1964, rendendo as receitas do Estado quase 53 milhões de cruzeiros (SERRA e CRUZ, 1964, p.32).

Mesmo considerando a fragilidade destes números frente a um comércio, cuja maioria escapava a um controle oficial e que cálculos superlativos, comuns nestas pesquisas, estavam mais a serviço das justificativas de destruição da “cidade flutuante”, eles não deixam de sinalizar a força econômica destes comerciantes do lugar como o “Paraíba”, “os Cordeiros”, “os Nobres” e “os Assayag”, sublinhados nas narrativas orais como expressão de

riquezas e prestígios, justificando também o status de cidade reclamada por vários moradores de flutuantes, alguns dos quais, meus entrevistados.

A força dos flutuantes de Manaus não se mede apenas pela sua impactante demografia, ou pela sua relevância econômica. Mas ainda, a “cidade flutuante” revela-se por sua força cultural, própria da região amazônica, da qual os caboclos ribeirinhos interioranos sempre foram os maiores portadores e produtores, procurando, por intermédio seus modos de vida, reclamar a cidade de Manaus para onde, sazonal ou definitivamente, imigravam e imigram.

Por este viés, me reporto às consagradas idéias de Raymond Williams sobre “campo e cidade”, das quais é estratégico às nossas reflexões o trecho: “A vida do campo e da cidade é móvel e presente: move-se ao longo do tempo, através da história de uma família e um povo; move-se em sentimentos e idéias, através de uma rede de relacionamentos e decisões” (WILLIAMS, 1989, p.19) como as tomadas por muitos dos ribeirinhos amazonenses, recém chegados a Manaus, entre os quais, alguns dos entrevistados cujas variadas vivências começaram, como apregoa Williams, a se movimentar e a se entrelaçar no interior da urbe.

É também recorrendo a experiências próprias do poeta amazonense Thiago de Mello que, como tantos outros, também aportou com a família na capital amazonense na década de vinte, “a força de toda uma vivência interiorana, que chegava e se manifestava na vida da capital” (MELLO, 1984, p.30).

Reflete-se ainda em meio às idéias do “*continuum*” entre “cidade e zona rural” do estudioso italiano Alessandro Portelli.⁸ Estudando um caso específico, Portelli percebeu as influências e choques dos mais variados modos de vida experimentados a partir da década de cinquenta na cidade industrial de Terni na Itália, quando diferentes culturas de aldeias vizinhas se movimentaram para Terni, pondo à prova antigos e tradicionais códigos e valores culturais urbanos (PORTELLI, 2003, p.47-63).

A própria “cidade flutuante” de Manaus, por estes vieses, pode representar a mobilidade das relações humanas aludidas por Williams, ser um dos mais poderosos exemplos das manifestações culturais interioranas aludidas por Mello e também expressar o complexo “*continuum*” que liga o urbano e o rural analisado por Portelli.

Morar para os moradores da região Amazônica significa principalmente estar em contato íntimo com a água que lhe serve não somente para saciar sua sede e matar sua fome, representava ainda sua estrada, seu banheiro, seu trabalho, seu contato com o mundo e sua identidade enquanto sujeito histórico.

Se a cidadania, como apregoa o antropólogo Antonio Augusto Arantes, se vincula a um sentimento de pertencer a algo que nos localiza em um mapa social (ARANTES, 2000, p.

132-144) o “endereço” urbano que nos leva aos ribeirinhos amazônicos é o rio, o igarapé, o lago, o furo, o paraná, a várzea, o alagado.

E a este “mundo”, a esta coletividade que eles pertencem, transformam e são por ele transformados, movendo, levando, transitando com este mundo de culturas próprias por onde quer que andem. A “cidade flutuante” de Manaus também se explica e se justifica a partir destas culturas peculiares e isto não tem nada de determinista, exótico e/ou romântico como quer determinada historiografia.

Em meio as suas “tintas”, morar sobre as águas constitui uma prática que ora se adequa a uma explicação determinista natural/geográfica, em que o homem, tal como uma árvore ou um rio, compõe uma paisagem natural dentro da qual não interage, apenas mimetiza-se instintivamente a ela; ora explica-se por um contingente de motivações econômicas em que as necessidades de moradias obrigam pessoas pobres a irem morar em flutuantes. Tanto em uma, quanto em outra, as explicações são processadas quase à parte das idéias e das vontades humanas.

A explicação determinista natural/geográfica sobressaiu principalmente nos instantes iniciais dos flutuantes, antes de seu *boom* demográfico nos anos 50 e 60. Até então, moradias flutuantes costumavam ser referendadas como práticas bucólicas, inata do caboclo/ribeirinho em que se ressalta uma predisposição romantizada destes sujeitos sociais a irem morar nas ribeiras e nos igarapés, onde poderiam dar vazão aos hábitos da pesca, da rede e do ócio.

Tal perspectiva pode ser flagrada em trabalhos importantes como os do geógrafo amazonense Moacyr Silva que em meados de 1943, quando palmilhava os rios da região, pintou um quadro natural amazônico em cujas tonalidades o homem local ajusta-se, conforma-se, rende-se aos espaços:

O homem amazônico que ainda não pode vencer a **lei determinista** permanece ao gosto do espaço, **mimetizado** principalmente as várzeas. Com seu profundo senso de acomodação geográfica o caboclo seleciona a foz dos igarapés, o ângulo das confluências, as margens mais bucólicas para ali levantar sua habitação, fazer **vida calma e sem ambições**, saqueando o rio para comer, dormindo **preguiçosamente** catorze horas por dia, dançando rezando nas ladainhas.

A maromba, as jangadas, a morada palafita, **o flutuante** representam elos dessa cadeia em que o homem se ajusta gostosamente (SILVA, 1943, p. 84, grifo meu).

Outro intelectual dos mais renomados do Amazonas, o sociólogo André Vidal de Araújo, em um de seus muitos artigos do final da década de quarenta, também deixaria registrada a questão determinista em que a moradia flutuante aparece como um cenário do

meio, na medida em que: “A água impunha isso. Os animais, a floresta, os meios de condução, a casa de moradia, as **habitações flutuantes** (...) o sol, a terra caída”. E, mais adiante em suas considerações, sentencia o condicionante hídrico que define o rumo das vidas nos interiores amazônicos: “Os alagadiços, a várzea, o igapó, a canoa, **o flutuante**, a jangada, o remanso, a corredeira (...) o rendilho fluvial, toda a terra impera com o seu determinismo líquido sobre o indivíduo” (ARAÚJO, 1948, p.43-44, grifo meu).

Em 1956 quando a “cidade flutuante” vivenciava uma marcha crescente de moradias e serviços, Araújo também apreende estas mudanças à luz de outro determinismo, o econômico, percebendo as moradias flutuantes que “... crescem errantemente, de rio a rio...”, apenas como uma estratégia de “negócio [comercial] do chefe da casa”. O que se flagra em suas construções é a justaposição de uma e outra perspectiva. Assim, nas páginas seguintes, o autor volta a tecer considerações deterministas do meio sobre a vida amazônica:

Há um **sentido hídrico** na vida do homem amazônico, que sobrepuja ao sentido telúrico (...). Daí a vida amazônica ser toda dirigida no rumo das águas (...). O Caboclo tem **sentido inato da geografia das águas** de sua terra (...). Dá-lhe as estradas para as canoas, para as igarites, para as montarias, batelões, regatões, **flutuantes**, gaiolas, vaticanos, lanchas e motores (ARAÚJO, 1956, p.324 e 332-333, grifo meu).

Estes reducionismos influenciariam o próprio trabalho pioneiro de Serra e Cruz nos anos sessenta. Estes, em síntese, mesmo pretendendo um levantamento de informações quantitativas sobre a “cidade flutuante” (utilizadas para justificar sua demolição) deixaram explicações bastante influenciadas pelos fatores condicionantes do rio, ou, como pouco conheciam a região, acabaram por adotar o discurso determinista dos intelectuais locais. O historiador amazonense Samuel Benchimol, prefaciador do livro de Serra e Cruz, em determinada passagem destaca o homem da região como apenas um “hidróbio” que chegando à capital procuraria instintivamente “o meio ambiente para se fixar nas casas palafitas nas beiras dos igarapés ou nas casas flutuantes” (SERRA e CRUZ, 1964, p.20).

André Araújo, anos mais tarde, verticalizando seus estudos sociológicos para Manaus, descreve os flutuantes como advindos quase que de uma geração espontânea, como se fossem mais um produto dos rios e igarapés da cidade. Em suas análises, aqui e ali os sujeitos ribeirinhos despontam, no entanto como fator secundário, um apêndice e, poderíamos dizer, mais uma criação dos flutuantes do que o contrário:

Neste aspecto de cultura em Manaus um ponto que não nos deve passar despercebido é o dos “flutuantes” que se multiplicavam nos nossos igarapés. A paisagem social dos “flutuantes”, com os seus telhados oscilantes, era das mais originais. Em todas as margens dos igarapés estavam surgindo diversos “flutuantes”, que mercadejavam em tudo.

Famílias ali vivem, anos e anos, criam filhos, e não se apercebem de certas dificuldades e perigos; tem sua vida social, dali não saem.

Era um fenômeno que alarmava essas cidades fluviais; que cresciam pelos igarapés; que se esticavam e avançavam de rio adentro, com inúmeras casas flutuantes, onde havia um forte comércio, que compra e vende de tudo, onde famílias vivem e se desenvolve sobre a água.

É o flutuante, um dos aspectos da economia da água que dirige grande parte da vida amazônica. A enchente, a seca, o repiquete [retorno incomum das águas durante a vazante, quando ocorrem as grandes cheias], o inverno, a praia, o lago, a várzea comandam, em meia simbiose, a vida do povo.

O **flutuante de residência**, o **flutuante de comércio** tem sua característica própria, sua psicologia especial, sua feição de necessidade, seus motivos comerciais fáceis a certos negócios escuros.

Há, entretanto, ali também gente honesta, que trabalha, que luta com dignidade pela vida. (ARAÚJO, 1974, p.168, grifo meu).

Não é nossa intenção desconsiderar o meio natural e nem tão pouco os fatores políticos e econômicos; o que não comungamos é da premissa que estes formam uma cultura à parte, pré-existente, como se “corressem” indiferentes ao homem amazônico pairando e atravessando natural e imperativamente as suas vidas. Inanimados, os sujeitos não interferem nem no meio e nem na história, apenas são ajustados por uma cultura condicionante, alheia e independente de suas vontades que de fato, dentro desta perspectiva, não existem.

Quando alguns homens e mulheres decidiram morar e trabalhar sobre as águas de Manaus, fundando a “cidade flutuante”, uma confluência de fatores políticos e econômicos juntamente com o tradicional costume (experiências culturais acumuladas) de morar próximo aos rios concorreu para isso. Mas o fizeram igualmente por acreditar e depositar naqueles espaços suas esperanças por melhores dias, conferindo assim, novos traços à frente, ao rosto de Manaus, seu portão de entrada para o mundo, a partir do qual os moradores da “cidade flutuante” recriaram territórios próprios, mas, sobretudo reivindicaram seu direito à cidade.

Finalmente, lembrei do entrevistado Renato Chamma com seus quase oitenta anos que contrastam com a vivacidade de sua memória que nenhuma afeição guarda da “cidade flutuante” da qual, na condição de tradicional comerciante e morador do Centro, fora vizinho.

Apesar do laconismo e impaciência do velho comerciante, consegui “arrancar” algumas lembranças da “cidade flutuante” e da Manaus de outrora, traços de “duas cidades” que não existem mais, a não ser nas lembranças de quem as sentiram:

... eu morei na rua Barão de São Domingos nº 47, não existia a cidade flutuante, só lanchas que vinham do interior e ficavam no barranco, quando secava tinha praia, então os ribeirinhos traziam mercadoria pra vender frutas, legumes, tudo, melancia, tudo que era de fruta, tudo. Eu tenho uma fotografia aí na beira quando era porto de lenha, tinha dois vendedores de lenha aí: seu Rodrigues e o Lampião, quando tinha fogueira, agente fazia, agente tirava as lenhas dele, fazia fogueira, eles tinham que ficar de vigia. Sim, mas aí eu acho que 1945, eu me mudei da Barão de São Domingos pra rua dos Barés, foi aí que eu não sei exato o ano, mas deve ser 1950, 50, 51, começou a formar a cidade flutuante. Tinha o Clube Amazonense de Regata, agente jogava muito futebol (...) bem aqui na antiga [avenida] Joaquim Nabuco, tiraram tudo, tiraram tudo! Mas antes deu um temporal, desabou e quebrou tudo, todos os barcos. E aí eu acho que o flutuante começou assim em 1951, 52, 53 (...) depois foi aumentando, aumentando, aumentando, como uma praga, aí já tinha flutuante, já tinha até telefone, luz tinha, pagavam e esticavam, iam esticando, ia secando o rio, o fio ia esticando, tinha telefone rapaz! (entrevista em 03/08/2005).

Artigo enviado em: 20/03/2010. Aprovado em: 14/06/2010.

Referências bibliográficas

- ARANTES, Antonio Augusto. **Paisagens paulistanas: transformações do espaço público**. Campinas: UNICAMP, 2000.
- ARAÚJO, André Vidal de. Aspectos Géio-Sociológicos da Amazônia. **Boletim da ACA (Associação Comercial do Amazonas)**, Manaus, ano VIII, nº 88, nov.1948.
- _____. **Introdução á sociologia da Amazônia**. Manaus: Governo do Estado, 1956.
- _____. **Sociologia de Manaus: aspectos de sua aculturação**. Manaus: Fundação Cultural do Amazonas, 1974.
- LEFEBVRE, Henri. **De lo rural a lo urbano**. Barcelona: Gráficas Romám, 1973.
- LENZ, Matias M. *et al.* Os Flutuantes de Manaus. Revista da CODEAMA (Comissão de Desenvolvimento Econômico do Amazonas) – **Estudos Específicos**, Manaus, nº 2, Jun. 1966.
- MELLO, Thiago de. **Manaus: amor e memória**. Rio de Janeiro: Philobiblion, 1984.
- PORTELLI, Alessandro. Dividindo o mundo: o som e o espaço na transição cultural. **Projeto História**, São Paulo, nº 26, p. 47-64, jun. 2003.
- RONCAYOLO, Marcel. **Cidade**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1986.
- SALAZAR, João Pinheiro. **O Abrigo dos deserdados: estudo sobre a remoção dos moradores da Cidade Flutuante e os reflexos da Zona Franca na habitação da população de baixa renda em Manaus**. Dissertação de Mestrado em História. São Paulo: USP, 1985.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: EDUSP, 2006.
- SERRA, Celso Luis Rocha e CRUZ, Wilson Rodrigues da. **Aspectos econômicos e sociais da Cidade Flutuante**. Manaus: Gráfica Amazonas, 1964.
- SILVA, Moacyr Paixão E. **Sobre uma geografia social da Amazônia**. Manaus: DEIP, 1943.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

_____. **O campo e a cidade**: na história e na literatura. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

¹ Doutorando em História Social pela PUC/SP. Bolsista CNPQ.

² O rio Negro perfaz cerca de 2 km de fronteira sul com Manaus, que em seu interior possui mais de 37 km de braços de igarapés como (sentido leste→ oeste) os dos Educandos, São Raimundo e Cachoeirinha, todos “alimentados” pelas águas do rio Negro.

³ Destaco: “Aspectos Econômicos e Sociais da Cidade Flutuante” de Celso Luiz Rocha Serra e Wilson Rodrigues da Cruz de 1964; “Os Flutuantes de Manaus” dos autores: Matias Lenz, José Schneider e Ana de Carvalho de 1966 e “O Abrigo dos deserdados” de João Pinheiro Salazar de 1985. Todos se prendendo apenas aos momentos finais da “cidade flutuante” na década de 60, diferente dos meus estudos de doutorado em que discuto a cultura das moradias flutuante e da “cidade flutuante” desde 1920.

⁴ Este quadro foi organizado a partir dos dados de 1961, “Reivindicação do Amazonas a VI Reunião de Governadores” *apud* SALAZAR, João Pinheiro. *Op. Cit.*, p. 77; dados de 1964 em SERRA e CRUZ. *Op. Cit.*, p. 37 e 41; dados de 1966 em LENZ, Matias Martinho *et.al.* *Op.Cit.*, p. 07.

⁵ Na época da entrevista (2005), Mário estava procurando em Manaus informações sobre flutuantes, chegamos a ir juntos em uma secretaria do governo, onde não encontramos nada, e na Biblioteca Pública do Estado. Talvez, Mário dos Santos tenha lido as obras pioneiras sobre a temática escritas nos anos sessenta. Sua suposição estatística surgiu quando conversávamos sobre a questão dos flutuantes de Manaus representarem ou não uma cidade. Mário, então, começou a me ensinar sobre as prerrogativas do conceito norte americano também enfocado nos estudos de 1964 de SERRA e CRUZ.

⁶ A falência da Casa do Óleo a qual menciona JM se concretizou há cerca de cinco anos, consequência da massiva entrada em Manaus de um gigante do consumo mundial, a rede de supermercados *Carrefour*. JM não autorizou a divulgação de seu nome permitindo apenas as iniciais.

⁷ Trata-se dos acordos da Segunda Guerra, assinados entre EUA e Brasil e dentro do qual o Amazonas voltou a fornecer borracha para os aliados. Produto este controlado pelos japoneses que tomaram as colônias inglesas na Ásia grandes produtoras de borracha e material importante para a produção de equipamentos bélicos. Neste curto período (1942-1946) aconteceu um breve ressurgimento econômico da borracha amazonense, motivando um significativo aumento de imigração para a Amazônia, sobretudo, mais uma vez, do nordeste brasileiro.

⁸ Minha aproximação com as idéias de Alessandro Portelli se estreitaram depois de um estágio que fiz sob a sua co-orientação na Universidade *La Sapienza* – Roma (bolsa fomentada pelo programa PDEE da CAPES).